

GUIMARÃES, Eduardo. *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas, Pontes, 2004, 142 p.

Maurício da Silva*

Os estudos acerca da significação, no Brasil, são – pode-se dizer – tardios, tendo surgido na passagem do século XIX para o XX e ganhando consistência somente a partir de meados desse último século. Além disso, não são muitas as pesquisas acadêmicas que se dedicam, de forma mais profunda, ao tema, embora a semântica já tenha, há bastante tempo, ocupado um espaço de destaque no vasto universo dos estudos da linguagem humana.

O mais recente livro de Eduardo Guimarães, *História da Se-*

mântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil, editado pela Pontes, vem preencher parte dessa lacuna, dedicando-se especialmente à história do surgimento, desenvolvimento e consolidação da semântica no Brasil.

O objetivo do livro é, em resumo, tratar da história dos estudos da significação desenvolvidos no Brasil a partir do final do século XIX, como parte de um movimento – na época – que, ao se contrapor com a visão naturalista da lingüística histórico-comparatista, procurava incluir a semântica no

* Docente da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Língua Portuguesa.

domínio dos estudos da linguagem. Adotando como metodologia para seu trabalho alguns princípios advindos da História das Idéias Lingüísticas (análise de *obras* específicas, de *instituições* em que o saber lingüístico se constitui e *acontecimentos* que congregam aspectos específicos desse saber), o autor começa tratando dos estudos do português no Brasil, os quais tiveram início ainda no século XVI, pela atuação dos jesuítas, desenvolvendo, contudo, de forma mais intensa e contínua, a partir de meados do século XIX. Uma das preocupações principais desse último período era, por exemplo, destacar as diferenças entre o português lusitano e o brasileiro, resultando no desenvolvimento de um processo específico de gramatização brasileira.

Desse modo, é possível distinguir, em relação aos estudos sobre o português *do* Brasil, quatro períodos históricos distintos: primeiro, de 1550 à segunda metade do século XIX, época em que o Brasil torna-se independente, funda-se o Colégio Pedro II, desenvolvem-se estudos sobre o português brasileiro etc.; segundo, dessa época até os anos 30 do século XX, em que aparece, entre outras coisas, a gramática de Júlio Ribeiro (1881), organiza-se um novo

Programa de Português para os Exames Preparatórios (1887), funda-se a Academia Brasileira de Letras (1897); terceiro, dos anos 30 até a década de 1960, com a criação de algumas Faculdades de Letras, tornando-se o ensino de Lingüística obrigatório e fundando-se a Associação Brasileira de Lingüística; quarto, de 1960 aos dias atuais, com a implantação da Lingüística nos cursos de pós-graduação, com a atuação de lingüistas de renome (como Mattoso Câmara) etc. Há que se destacar ainda, em cada um destes períodos, a publicação de obras de relevo para o desenvolvimento dos estudos do português brasileiro, em especial na área da gramaticografia, como o aparecimento – para o primeiro período – do *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789) e, posteriormente, a *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* (1813, na segunda edição do referido dicionário), de Antônio de Moraes Silva; o *Compêndio da Gramática da Língua Nacional* (1837), de Antônio Coruja; o *Vocabulário Brasileiro para servir de Complemento aos Dicionários da Língua Portuguesa* (1857), de Costa Rubim; todas elas, obras que assinalam o prenúncio do processo posterior de gramatização brasileira do portu-

guês. Para o segundo período, destacam-se a *Gramática Portuguesa* (1881), de Júlio Ribeiro; a *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1879), de Pacheco Silva; os *Estudos Filológicos* (1884), de João Ribeiro; a *Gramática da Língua Portuguesa* (1887) de Pacheco Silva e Lameira de Andrade; a *Gramática Portuguesa* (1887), de João Ribeiro; a *Gramática da Língua Portuguesa* (1887), de Alfredo Gomes; a *Gramática Analítica* (1887), posteriormente editada sob o nome de *Gramática Descritiva* (1894), de Maximino Maciel; o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1888), de Macedo Soares. Embora a maior parte desses trabalhos apresente uma perspectiva inovadora em relação aos estudos lingüísticos e gramaticais no Brasil, há que se ressaltar que uma tradição relacionada à gramática filológica ainda persistia no país, nesse período, como demonstra a publicação de obras como a *Gramática Filosófica Portuguesa* (1881), de Ernesto Carneiro Ribeiro; a *Gramática Analítica da Língua Portuguesa* (1888), de José de Noronha Nápoles Massa; ou *Neologismos Indispensáveis e Barbarismos Dispensáveis* (1889), de Castro Lopes. Outros fatos relevantes para esse período

são a atividade de filólogos e gramáticos na imprensa, em colunas que atuam como consultórios gramaticais, mais (Cândido Figueiredo) ou menos (Mário Barreto) puristas; a publicação de uma gramática que fica entre a tradição filológica e a modernidade científica (*Gramática Expositiva*, 1907, de Eduardo Carlos Pereira); a publicação de obras de caráter mais descritivo, como *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908), de Said Ali; ou na área da dialetologia, como *O Dialeto Caipira* (1920), de Amadeu Amaral; obras de cunho neogramatical (*Lições de Português*, 1923), de Sousa da Silveira; finalmente, obras mais inovadoras, que marcam uma “inflexão que desloca da língua nacional para a língua o objeto dos estudos de linguagem no Brasil” (p. 31), como as *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1924) e *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1931, mas publicada em duas partes em 1921 e 1927), de Said Ali. No terceiro período, destacam-se a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1944) e a *formação Histórica da Língua Portuguesa* (1955), de Silveira Bueno; e os *Princípios de Lingüística Geral* (1941), de Mattoso Câmara, além de seu livro *Estrutura da Língua*

Portuguesa (1970), “seguramente a primeira gramática descritiva científica feita no Brasil [e] um dos marcos no Brasil do deslocamento do objeto da lingüística da *língua nacional* para a *língua*” (p. 32). Além dessas obras, destacam-se ainda a *História da Língua Portuguesa* (1952), de Serafim da Silva Neto; a *Gramática do Português Contemporâneo* (1970), de Celso Cunha; a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1957), de Rocha Lima; a *Moderna Gramática Portuguesa* (1961), de Evanildo Bechara; e a elaboração (1957-1958) e estabelecimento por portaria do MEC (1959) da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Finalmente, no quarto período, destacam-se fatos diversos, como a fundação da Associação Brasileira de Lingüística (1969), do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (1969) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística (1984).

Tratando, em especial, do percurso da semântica no Brasil, o autor ressalta a importância, para esta questão, do início do processo da gramatização brasileira no final do século XIX, momento em que se destaca – sempre sob a perspectiva da questão semântica – a obra de Pacheco Silva Júnior:

tanto a *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (primeira edição: 1879; segunda edição: 1894, sob o nome de *Gramática da Língua Portuguesa*, com Lameira de Andrade) quanto o primeiro livro de semântica do Brasil, suas *Noções de Semântica* (1903), ambos utilizando as ciências naturais como referência, de onde Pacheco Silva retirava metáforas (sobre tudo do universo biológico): “a obra de Pacheco Silva vai do biológico ao histórico reconfigurando a própria forma de enunciar o conhecimento sobre a linguagem. É interessante ver como esta operação é, em verdade, a colocação em prática, no próprio dizer científico, do princípio da analogia, desta mesma obra, como o que fundamenta o funcionamento da linguagem. Ou seja, a obra de Pacheco Silva opera a configuração de uma analogia entre o orgânico e a linguagem como forma de afirmar o histórico. O histórico é enunciado na sua semântica por metáforas do biológico” (p. 63). Outros autores que merecerem destaque, nesse campo, são: Said Ali – um dos primeiros gramáticos a anunciar diferenças entre uma gramática descritiva e uma normativa –, autor, entre outros livros, dos *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* (1930); Silveira Bue-

no, com *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1944), *Estudos de Filologia Portuguesa* (1946) e *Tratado de Semântica Geral Aplicada à Língua Portuguesa* (primeira edição: 1947; segunda edição: 1960, sob o título de *Tratado de Semântica Brasileira*); Mattoso Câmara, com *Princípios de Lingüística Geral* (1941), *Contribuição à Estilística Portuguesa* (1953) e outros, primeiro autor a escrever uma gramática descritiva do português.

Mas é, segundo o autor, a década de 1970 que irá marcar o primeiro momento relevante dos estudos da significação no Brasil, com a contribuição – nos ramos da enunciação, da pragmática e da análise do discurso – respectivamente de Carlos Vogt, Haquira Osakabe e Eni Orlandi.

Sem se aprofundar demasiadamente na abordagem das contribuições desses e outros estudiosos da língua portuguesa, Eduardo Guimarães traça um largo painel dos estudos semânticos no Brasil, revelando, entre outras coisas, o potencial de pesquisa que o tema pode oferecer a futuros pesquisadores da área.